



1 **Ata da 2ª Reunião Ordinária do Comitê do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana** no ano de 2017,  
2 realizada no dia **27 de julho de 2017 (quinta-feira)**, às 14h, no Teatro Geraldo Tavares André - Rua  
3 Major Padilha, s/n. (Rua da antiga Cooperativa) Santo Antônio de Pádua - RJ. A Reunião teve início  
4 às 14h30 com a seguinte **Ordem do dia**: **1 - Abertura; 2 - Aprovação da Ata da 1ª Reunião Ordinária**  
5 **de 2017; 3 – Prorrogação de mandato CBHBPSI; 4 – Atualização do Plano de Aplicação Plurianual**  
6 **(PAP); 5 – Edital do Processo Eleitoral do CBH BPSI 2017; 6 - PROTRATAR; 7 – Informes das Câmaras**  
7 **Técnicas; 8 - Assuntos Gerais; 8.1 – Informações sobre o Plano de Recursos Hídricos do rio Paraíba**  
8 **do Sul; 8.2 – Informações sobre o SIGA-CEIVAP; 9 - Encerramento.** Às 14h30 a reunião foi iniciada  
9 em segunda chamada pelo Diretor Presidente, João Gomes (UENF). A ata da 1ª Reunião Ordinária  
10 do CBHBPSI em 2017 foi aprovada por unanimidade, sem alterações. Os representantes dos  
11 municípios presentes pediram que o Comitê organizasse um seminário sobre ICMS verde e  
12 saneamento básico. João Gomes falou sobre a necessidade de prorrogação de mandato dos atuais  
13 membros do CBHBPSI, que surgiu em função da incumbência da equipe da Secretaria Executiva do  
14 Comitês (AGEVAP UD4) de organizar o ECOB de 2017. Essa atividade de organização do ECOB e o  
15 Processo Eleitoral em períodos semelhantes atrapalharia ambas as atividades. João Gomes disse  
16 que a Diretoria decidiu por adiar a realização do processo eleitoral por dois meses. A Plenária  
17 aprovou a prorrogação do mandato conforme proposta. Thaís Nacif (AGEVAP) explicou os prazos de  
18 realização do ECOB e do Processo Eleitoral. Falou que há uma minuta pronta do Edital do Processo  
19 Eleitoral que será votada em outra reunião. Falou também da necessidade de reformar o Regimento  
20 Interno, incluindo neste documento a região do Itabapoana. Disse que a proposta é realizar a eleição  
21 do Comitê em 14 de novembro de 2017, com período de inscrições iniciado em outubro. Falou que  
22 esta proposta de Reunião Extraordinária para aprovar a reforma do Regimento Interno é uma  
23 previsão do próprio Regimento. Explicou que no mesmo dia, seria realizada também uma Reunião  
24 Ordinária para aprovar o Edital do Processo Eleitoral. João Gomes falou que será realizada uma  
25 reunião da CTALI para elaboração da minuta do novo Regimento Interno. Vanuza Mota (CEDAE)  
26 solicitou sua participação no Grupo da CTALI que fará a proposta de reforma do Regimento Interno.  
27 Luiz Mário (FIRJAN) falou que os interessados em compor a Diretoria do Comitê devem estar cientes  
28 e com disponibilidade para atender à enorme demanda de reuniões e eventos relacionados. Falou  
29 do legado e respeito que esse Comitê já conquistou e da importância de que essas conquistas fossem  
30 mantidas. Em seguida João Gomes explicou como se dá o processo de elaboração do Plano de  
31 Aplicação Plurianual (PAP) e a sua necessidade de atualização em função da mudança do Preço  
32 Público Unitário (PPU) aprovada por este Comitê. Explicou a origem dos recursos da cobrança pelo



33 uso da água. Thaís Nacif iniciou apresentação sobre a compensação financeira recolhida pelo setor  
34 de geração de energia. Falou da importância desses recursos financeiros para a manutenção do  
35 sistema de gerenciamento de Recursos Hídricos. Explicou a destinação do percentual cobrado e a  
36 divisão desses recursos dentro do sistema. Citou a dificuldade dos Comitês em relação à manutenção  
37 da estrutura que existe atualmente caso o recurso acumulado da compensação financeira do setor  
38 elétrico se acabe. Mostrou que, atualmente, é necessária a discussão sobre a sustentabilidade do  
39 sistema. Explicou que o reajuste do PPU em 100% foi uma das alternativas pensadas para contribuir  
40 para a sustentação financeira do sistema. Mostrou a todos a tabela atual do PAP e os valores que  
41 seriam acrescentados, segundo previsão de arrecadação. Explicou também o reajuste nos valores  
42 de custeio do contrato de gestão. Thaís Nacif mostrou no telão a proposta de distribuição dos valores  
43 na tabela do PAP encaminhada pela CTALI e Diretoria. Lembrou que esses documentos digitais já  
44 foram enviados por e-mail a todos os membros. Luiz Mário perguntou de onde surgiram as  
45 terminologias das rubricas do PAP. Thaís explicou que essas definições vieram do Caderno de Ação  
46 GT FOZ, que é considerado o Plano de Bacia do Comitê. Falou também que o CEIVAP vem atualizando  
47 o Plano de Bacia de todo o rio Paraíba do Sul. Aparecida Vargas (ABRAGEL), que também é Presidente  
48 do CERHI, falou que o CEIVAP aprovou um plano de monitoramento que contemplou um ponto na  
49 foz do rio Paraíba do Sul, além dos pontos de entrega de afluentes. Sugeriu adicionar mais algum  
50 ponto na malha de canais da baixada campista. João Gomes explicou que a sala de monitoramento  
51 do Comitê veio de uma rubrica que teve recursos liberados. Vanuza Mota perguntou quem vai fazer  
52 o monitoramento nessa sala que está sendo montada. João Gomes explicou que há uma estagiária  
53 da área técnica que já está atuando e, além disso, será proposto programa de residentes em parceria  
54 com universidades, o que já vem acontecendo em outros Comitês. Vanuza Mota falou que acha que  
55 o problema está no compartilhamento da informação. Aparecida Vargas falou que o monitoramento,  
56 nesse patamar, ainda não existe. Falou que existe uma parceria entre diversas instituições dos  
57 Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Otony Junior destacou a importância do  
58 monitoramento biológico e deu como exemplo o problema de contaminação com cianobactérias  
59 ocorrida em sua região. Luiz Mário disse que não é contrário ao monitoramento biológico, mas  
60 defendeu que as definições dos projetos, pelo Comitê, atendam critérios técnicos e considerem a  
61 integração com toda Bacia. Carlos Ronald (P. M. de Campos dos Goytacazes) reforçou a necessidade  
62 da previsão orçamentária dos municípios para questões relacionadas à gestão de recursos hídricos.  
63 Aparecida Vargas falou que a ideia do PAP é trazer rubricas “macros” para que propostas de projetos  
64 variados possam ser apresentadas e contemplados com recursos do Comitê. Thaís Nacif explicou



65 que a Diretoria já definiu prioridades entre suas rubricas do PAP caso os recursos arrestados voltem  
66 a ser repassados à AGEVAP. Thaís destacou que os recursos foram adicionados nos itens 2.1.1, 2.2.2  
67 “Recuperação e Conservação de Faixas Marginais de Proteção” (Itabapoana), 2.2.5 “Intervenções  
68 para controle de inundações” e o acréscimo no item do Contrato de Gestão INEA/CBH/AGEVAP.  
69 Aparecida Vargas questionou a participação de representantes da região do Itabapoana na  
70 construção do PAP. Thaís Nacif explicou que, apesar de não ser membro, o Sr. José Edmundo, antigo  
71 Secretário do Ambiente de Bom Jesus do Itabapoana, participou das reuniões do grupo que  
72 construiu o PAP à época e fez contribuições. João Gomes falou que o PAP traz apenas previsões, mas  
73 que o Comitê, através de suas Câmaras Técnicas, é quem decide quais projetos serão contemplados,  
74 com editais e hierarquização a serem feitas pelo Comitê. Vanuza falou que existem monitoramentos  
75 feitos por outros órgãos que podem ser aproveitados. João Gomes e Aparecida Vargas explicaram  
76 que o CEIVAP e o CBHBPSI podem pensar em pontos de seus interesses que ainda não são  
77 monitorados e com parâmetros ainda não contemplados. Aparecida Vargas falou que o PL 315, que  
78 está no Senado, altera a distribuição dos recursos da compensação financeira do setor elétrico, o  
79 que provocaria um desmonte no sistema de gestão de recursos hídricos nos Estados. Falou que o  
80 CERHI se manifestou através de Carta e que pedirá que os demais Comitês façam o mesmo, além de  
81 articular com suas bancadas federais no Congresso, o que é de extrema importância. Disse que o  
82 município de Bom Jesus do Itabapoana vai encaminhar um PL à Câmara de Vereadores para que os  
83 recursos arrecadados através de compensação financeira sejam integralmente destinados à gestão  
84 de recursos hídricos. Falou sobre a nova Lei Federal, de novembro de 2016, que trouxe um novo  
85 percentual de 7% e passou a cobrar Pequenas Centrais Hidrelétrica (PCH’s) a partir da renovação de  
86 sua outorga, mas alterou a destinação de recurso das PCH’s somente para o município onde estiver  
87 instalada a casa de força da PCH. Em seguida apresentou a ideia de um projeto para a Bacia do  
88 Itabapoana que propõe trabalhar água, esgoto, energia, cultura e sociedade, que terá um projeto  
89 piloto na região de Rosal. Aparecida Vargas falou sobre a ideia de replicar, na localidade de Rosal,  
90 município de Bom Jesus do Itabapoana, projeto de coleta de esgoto através de uma espécie de duto  
91 a ser construído na margem do rio, visando a coleta do efluente que atualmente é jogado direto na  
92 calha do rio. Aparecida informou que esse projeto proposto seria financiado com um recurso da  
93 antiga região hidrográfica X-Itabapoana, cujo montante acumulado seria de aproximadamente  
94 729.000,00 (setecentos e vinte e nove mil reais), referente à compensação financeira do setor  
95 elétrico da região do Itabapoana. Ela explicou que esse recurso é anterior ao ano de 2010, cujo saldo  
96 remanescente ficou no INEA e, por ser um recurso “velho”, não entrou em nenhum PAP. Aparecida



97 disse que poderia fazer essa destinação diretamente pelo CERHI, mas se comprometeu em  
98 apresentar antes neste Comitê, pois se considerou uma defensora dos CBH's e, por fim, pediu a  
99 aprovação dessa Plenária. João Gomes agradeceu a participação da Aparecida Vargas e seu apoio no  
100 âmbito do CERHI e do CEIVAP. Zenilson Coutinho (ASFLUCAN) destacou a presença da Presidente do  
101 CERHI na Plenária do Comitê, o que considerou como fato raro. João Gomes abriu votação da  
102 atualização do PAP, segundo as tabelas apresentadas em detalhes pela Thaís Nacif (AGEVAP). A  
103 atualização do PAP foi aprovada por unanimidade. Em seguida João Gomes colocou em votação o  
104 pedido de inserção de novo recurso apresentado pela Aparecida Vargas. A Plenária aprovou a  
105 inclusão desse novo recurso, conforme apresentado pela Aparecida Vargas, e sua destinação para o  
106 projeto explicado anteriormente. Foi solicitada pela Sra. Aparecida Vargas e aprovada pelos  
107 membros a ocupação de vaga no CBHBPSI, pela ABRAGEL, no segmento de Usuários. O município  
108 de Bom Jesus do Itabapoana solicitou vaga no segmento Poder Público do CBHBPSI, mas Amaro Neto  
109 (AGEVAP) lembrou que as vagas destinadas para o poder público municipal estão todas ocupadas.  
110 Aparecida Vargas sugeriu então que o município ocupasse vaga do poder público federal. A plenária  
111 aprovou, para Bom Jesus do Itabapoana, vaga do segmento do poder público federal, desde que o  
112 INEA e o CERHI deem o aval para tal excepcionalidade. Carlos Ronald falou sobre o trabalho  
113 desenvolvido pelo Grupo de Trabalho de Nascentes (GTN) do CBHBPSI, o qual ele coordena. Pediu a  
114 Aparecida Vargas o compartilhamento da experiência de Rosal. Aparecida Vargas se comprometeu  
115 em realizar apresentação sobre esse projeto em próxima plenária deste Comitê. Carlos Ronald  
116 convidou todos que desejem integrar o GTN que apresentem solicitações. Juarez Noé (P. M. de  
117 Cardoso Moreira) falou que muito se discute sobre rios e lagoas, mas esquecem, muitas vezes, que  
118 tudo começa nas nascentes. Explicou que o trabalho desenvolvido por Cardoso Moreira já conseguiu  
119 identificar, na região do valão da Onça, mais de cem nascentes, o que considerou de extrema  
120 importância. O representante de Bom Jesus do Itabapoana registrou a necessidade de uma correta  
121 produção de mudas, que pode contar com o apoio da EMATER. Juarez Noé falou da importância dos  
122 Planos Municipais de Mata Atlântica. João Gomes destacou o lançamento do novo Edital para  
123 terminar o Plano de Bacia do rio Paraíba do Sul. Thaís Nacif fez a leitura do aviso sobre o Plano de  
124 Recursos Hídricos da Bacia do rio Paraíba do Sul, lançado pelo CEIVAP, e que já está em fase de  
125 abertura das Propostas Técnicas. Falou também sobre a situação do SIGA-CEIVAP e apresentou a  
126 possibilidade de apresentação desse sistema para os membros do CBHBPSI. Tatiane (INEA)  
127 perguntou se João Gomes daria informações sobre o ECOB 2017. João Gomes explicou que a equipe  
128 da AGEVAP-UD4 está organizando o ECOB, com apoio de sua sede, do INEA e da Prefeitura de Paraty.



129 Falou que será analisada possibilidade de locação de VAN para levar possíveis interessados da RH IX  
130 ao ECOB. Pediu que a informação comece a ser divulgada e os interessados se manifestem. João  
131 Gomes explicou que o tema do evento será a relação da gestão costeira com a gestão de recursos  
132 hídricos. A reunião foi encerrada às 17h. A presente ATA foi lavrada por Amaro Sales Pinto Neto,  
133 Especialista Administrativo da AGEVAP, e depois de aprovada será assinada pelos membros da  
134 Diretoria Colegiada do Comitê de Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul.

135

136

137 \_\_\_\_\_  
João Gomes de Siqueira (UENF)

138

139

140

141 \_\_\_\_\_  
Luiz Mário de Azevedo Concebida (FIRJAN - Campos)

142 Luiz Mário de Azevedo Concebida (FIRJAN)